

Boa Vista Serviços S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de março de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Délio Rocha Leite
Contador
CRC nº 1 SP 189302/O-8

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

| <u>ATIVO</u> | Nota explicativa | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> | <u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | Nota explicativa | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--|---------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | | | | CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.632 | 5.476 | Fornecedores | 8 | 30.368 | 28.633 |
| Contas a receber | 5 | 62.650 | 57.549 | Empréstimos e financiamentos | 9 | 9.058 | 23.944 |
| Partes relacionadas | 12 | 1.327 | 1.740 | Debêntures | 10 | 2.634 | - |
| Impostos a recuperar | | 7.245 | 3.804 | Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais | 11 | 20.621 | 21.215 |
| Outros ativos | | 3.177 | 2.088 | Impostos a recolher | | 6.530 | 5.905 |
| Total do ativo circulante | | <u>76.031</u> | <u>70.657</u> | Partes relacionadas | 12 | 2.854 | 14.588 |
| | | | | Adiantamentos de clientes | | 5.630 | 7.607 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | Outras contas a pagar | | 1.982 | 2.176 |
| Depósitos judiciais | | 765 | 350 | Total do passivo circulante | | <u>79.677</u> | <u>104.068</u> |
| Tributos diferidos | 15 | 12.548 | 9.276 | NÃO CIRCULANTE | | | |
| Imobilizado | 6 | 24.132 | 28.109 | Debêntures | 10 | 74.273 | - |
| Intangível | 7 | 372.447 | 330.745 | Partes relacionadas | 12 | - | 1.398 |
| Investimentos | | 839 | 721 | Empréstimos e financiamentos | 9 | 8.325 | 9.334 |
| Outros ativos | | - | 838 | Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 13 | 12.906 | 7.777 |
| Total do ativo não circulante | | <u>410.731</u> | <u>370.039</u> | Outras contas a pagar | | 287 | 402 |
| | | | | Total do passivo não circulante | | <u>95.791</u> | <u>18.911</u> |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | | | Capital social | 14.a) | 142.127 | 142.127 |
| | | | | Reservas de capital | 14.b) | 142.608 | 140.272 |
| | | | | Reservas de lucros - legal | 14.c) | 2.329 | 2.329 |
| | | | | Reservas de lucros - lucros retidos | 14.c) | 24.230 | 32.989 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | <u>311.294</u> | <u>317.717</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>486.762</u> | <u>440.696</u> | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u>486.762</u> | <u>440.696</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

| | Nota explicativa | 31.12.2014 | 31.12.2013 |
|--|---------------------|-----------------|-----------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 16 | 457.793 | 412.294 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 17 | (287.121) | (245.487) |
| LUCRO BRUTO | | <u>170.672</u> | <u>166.807</u> |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Com vendas | 17 | (84.491) | (76.783) |
| Gerais e administrativas | 17 | (92.166) | (101.984) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 17 | 2.337 | (769) |
| PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | <u>(3.648)</u> | <u>(12.729)</u> |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | |
| Receitas financeiras | 18 | 1.881 | 969 |
| Despesas financeiras | 18 | <u>(10.265)</u> | <u>(4.022)</u> |
| | | (8.384) | (3.053) |
| PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | <u>(12.032)</u> | <u>(15.782)</u> |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | |
| Diferidos | 15 | <u>3.273</u> | <u>4.506</u> |
| | | 3.273 | 4.506 |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | <u>(8.759)</u> | <u>(11.276)</u> |
| PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$ | 19 | (74,45) | (95,85) |
| PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$ | 19 | (73,49) | (95,22) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (8.759) | (11.276) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO | <u>(8.759)</u> | <u>(11.276)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de capital | | Reservas de lucros | | | Prejuízos acumulados | Total |
|---|------------------|----------------|---------------------|--|----------------------------------|---------------|--------------------|----------------------|----------------|
| | | | Bônus de subscrição | Ágio e valor justo de combinação de negócios | Plano de opção com base em ações | Reserva legal | Retenção de lucros | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | | 142.127 | 1 | 136.330 | 1.706 | 2.329 | 39.442 | - | 321.935 |
| Plano de opção com base em ações | 23 | - | - | - | 2.235 | - | - | - | 2.235 |
| Estorno de dividendo mínimo obrigatório | | - | - | - | - | - | 4.823 | - | 4.823 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | - | - | - | (11.276) | (11.276) |
| Absorção de prejuízos acumulados | | - | - | - | - | - | (11.276) | 11.276 | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | <u>142.127</u> | <u>1</u> | <u>136.330</u> | <u>3.941</u> | <u>2.329</u> | <u>32.989</u> | <u>-</u> | <u>317.717</u> |
| Plano de opção com base em ações | 23 | - | - | - | 2.336 | - | - | - | 2.336 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | - | - | - | (8.759) | (8.759) |
| Absorção de prejuízos acumulados | | - | - | - | - | - | (8.759) | 8.759 | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | | <u>142.127</u> | <u>1</u> | <u>136.330</u> | <u>6.277</u> | <u>2.329</u> | <u>24.230</u> | <u>-</u> | <u>311.294</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (12.032) | (15.782) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 88.964 | 77.319 |
| Despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos | 8.973 | 1.736 |
| Custos sobre empréstimos e debêntures apropriados | 150 | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 717 | 3.050 |
| Provisões para perdas cíveis e trabalhistas | 7.814 | 8.596 |
| Baixa do ativo imobilizado e intangível | 145 | 276 |
| Plano de opções em ações | 2.336 | 2.235 |
| Programa de participação nos resultados - PPR | 6.420 | 5.950 |
| Outros ajustes de reconciliação do caixa | 2 | 28 |
| Varição nos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber | (5.818) | (5.799) |
| Partes relacionadas | 413 | (1.304) |
| Impostos a recuperar | (3.441) | (2.743) |
| Outros ativos | (665) | (835) |
| Varição nos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | (883) | 6.871 |
| Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais | (7.014) | (6.582) |
| Impostos a recolher | 625 | (130) |
| Partes relacionadas | (2.045) | (378) |
| Adiantamento de clientes | (1.977) | - |
| Outras contas a pagar | (432) | 2.298 |
| Provisão para perdas cíveis e trabalhistas (pagamentos) | <u>(2.685)</u> | <u>(2.030)</u> |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 79.567 | 72.776 |
| Juros e custos pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | <u>(7.339)</u> | <u>(1.346)</u> |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | <u>72.228</u> | <u>71.430</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aquisições de intangíveis e imobilizado | <u>(111.774)</u> | <u>(97.712)</u> |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | <u>(111.774)</u> | <u>(97.712)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Captação de empréstimos e debêntures | 75.000 | 20.818 |
| Empréstimos, financiamentos e Arrendamento mercantil | (28.211) | (3.397) |
| Mútuo com partes relacionadas | <u>(11.087)</u> | <u>8.602</u> |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | 35.702 | 26.023 |
| REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | <u>(3.844)</u> | <u>(259)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 5.476 | 5.735 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 1.632 | 5.476 |
| REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | <u>(3.844)</u> | <u>(259)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Boa Vista, 51 - 5º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi fundada em 4 de março de 2010 e iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010 com o propósito de negócios e atividades de: (a) prestação de serviços em geral para suporte à atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas; (b) desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral, incluindo a mercadologia, o comportamento de consumidores ou quaisquer outras soluções comerciais originadas do banco de dados, do “know-how” e da capacidade de distribuição, bem como quaisquer produtos, serviços e soluções oferecidos por concorrentes da Sociedade; (c) cessão, desenvolvimento, licença, sublicença e distribuição de direito de uso de software; (d) elaboração de programas de computador; (e) suporte técnico em informática, incluindo instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (f) processamento de dados; (g) assessoria e consultoria em informática; e (h) participação em outras sociedades, como acionista ou cotista, no Brasil ou no exterior.

Em novembro de 2013 a Sociedade foi credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI como uma Autoridade Certificadora - AC, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à avaliação do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, à determinação da provisão para perdas cíveis, à determinação da vida útil dos bens do imobilizado, do imposto de renda e da contribuição social diferidos e ao “impairment” sobre o ativo imobilizado, intangível e ágio. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Sociedade não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas considerando que é uma controlada em conjunto de outras entidades, a qual, com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foi consultada e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela Sociedade. Adicionalmente, não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto nem ela está em processo de abertura de capital.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.5. Reconhecimento de receitas

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Os recebimentos antecipados de prestação de serviços são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no momento em que os serviços são efetivamente prestados.

2.6. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.7. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.9. Contas a receber

Representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por serviços prestados na área de informações de pessoas físicas e jurídicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.10. Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11. Intangível

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”),

e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b) Base de dados, programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

O intangível inclui gastos com aquisição de sistemas de computação e base de dados. Com respeito à aquisição de bases de dados, estas são adquiridas principalmente de cartórios, para a formação de bases de dados utilizadas em produtos oferecidos pela Sociedade a seus clientes, e são capitalizadas, pois a utilização dessas informações gera benefícios econômicos futuros.

Esses ativos são amortizáveis pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil desses ativos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 7.

2.12. Combinação de negócios

A Sociedade mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação na Sociedade adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a norma IAS 12 - Impostos sobre a Renda e a norma IAS 19 - Benefícios a Empregados, respectivamente (equivalentes aos pronunciamentos técnicos CPC 32 e CPC 33, respectivamente).
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento com base em ações da adquirida ou acordos de pagamento com base em ações da Sociedade, celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida, são mensurados de acordo com a norma IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 10 (R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a norma IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor da participação adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e é, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a operação esteja em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.16. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

É reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.17. Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo contas a receber e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação do método da taxa de juros efetiva.

2.18. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.19. Arrendamento mercantil financeiro

O arrendamento no qual a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e recompensas da propriedade é classificado como arrendamento financeiro. Este é capitalizado no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

2.20. Outras informações

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. Na avaliação da Administração da Sociedade não haverá impactos relevantes para as empresas do Grupo e optou pela adoção a partir do ano-calendário 2015.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

As normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

- IFRIC 21 - Taxações/Imposições.
- IAS 32/CPC 39 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (5).
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (4).
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Acordo Contratual Conjunto (3).
- Modificações à IAS 16/CPC 27.
- IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis (3).

- Modificações às IFRSs - Melhorias Anuais nas IFRSs - Ciclo 2010-2012 (2).
- Modificações às IFRSs - Melhorias Anuais nas IFRSs - Ciclo 2011-2013 (1).
 - (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.
 - (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções.
 - (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
 - (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
 - (5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Sociedade ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 20 | 16 |
| Bancos conta movimento | 317 | 366 |
| Aplicações financeiras (*) | <u>1.295</u> | <u>5.094</u> |
| Total | <u>1.632</u> | <u>5.476</u> |

(*) Representam aplicações compromissadas, remuneradas à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Cientes por serviços de informações prestados | 63.465 | 58.302 |
| Contas a receber - partes relacionadas (*) | 1.458 | 2.000 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | <u>(2.273)</u> | <u>(2.753)</u> |
| Total | <u>62.650</u> | <u>57.549</u> |

(*) Referem-se à prestação de serviços de consulta de dados dos acionistas.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, está assim apresentada:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 60.015 | 55.650 |
| Vencidas: | | |
| Até 30 dias | 2.635 | 1.899 |
| De 31 a 60 dias | 975 | 1.181 |
| De 61 a 90 dias | 329 | 557 |
| De 91 a 120 dias | 240 | 337 |
| De 121 a 150 dias | 218 | 272 |
| De 151 a 180 dias | 220 | 260 |
| Acima de 181 dias | <u>291</u> | <u>146</u> |
| Total | <u>64.923</u> | <u>60.302</u> |

A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

| | |
|---------------------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | <u>2.753</u> |
| Constituição de provisão | 717 |
| Créditos baixados no exercício | (1.197) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | <u>2.273</u> |

6. IMOBILIZADO

| | Taxa média anual de depreciação - % | 31.12.2014 | | | 31.12.2013 |
|--------------------------------------|---|---------------|-----------------|---------------|---------------|
| | | Custo | Depreciação | Líquido | Líquido |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 20 | 3.531 | (2.227) | 1.304 | 1.984 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 1.546 | (864) | 682 | 829 |
| Instalações | 10 | 97 | (33) | 64 | 54 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.527 | (513) | 1.014 | 1.066 |
| Veículos | 20 | 280 | (50) | 230 | 111 |
| Equipamento de informática | 20 | 15.398 | (9.650) | 5.748 | 6.582 |
| Arrendamento de equipamentos | 20 | 21.289 | (8.063) | 13.226 | 17.483 |
| Imobilizado em andamento | | <u>1.864</u> | <u>-</u> | <u>1.864</u> | <u>-</u> |
| Total | | <u>45.532</u> | <u>(21.400)</u> | <u>24.132</u> | <u>28.109</u> |

As obrigações da Sociedade assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro dos equipamentos de “mainframe” estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados (ver nota explicativa nº 9).

[página intencionalmente deixada em branco]

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

| | <u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u> | <u>Máquinas e equipamentos</u> | <u>Instalações</u> | <u>Móveis e utensílios</u> | <u>Veículos</u> | <u>Equipamentos de informática</u> | <u>Arrendamento de equipamentos</u> | <u>Imobilizado em andamento</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------|---|------------------------------------|--------------------|--------------------------------|-----------------|--|---|-------------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 2.687 | 971 | 62 | 960 | 168 | 8.155 | 5.260 | 67 | 18.330 |
| Aquisições | 224 | 96 | - | 237 | - | 1.273 | 14.126 | (67) | 15.889 |
| Baixas | (2) | (2) | - | (3) | - | (22) | - | - | (29) |
| Depreciação | <u>(925)</u> | <u>(236)</u> | <u>(8)</u> | <u>(128)</u> | <u>(57)</u> | <u>(2.824)</u> | <u>(1.903)</u> | - | <u>(6.081)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 1.984 | 829 | 54 | 1.066 | 111 | 6.582 | 17.483 | - | 28.109 |
| Aquisições | 288 | 105 | 19 | 100 | 280 | 1.709 | - | 1.864 | 4.365 |
| Baixas | (23) | - | - | - | (102) | (20) | - | - | (145) |
| Depreciação | <u>(945)</u> | <u>(252)</u> | <u>(9)</u> | <u>(152)</u> | <u>(59)</u> | <u>(2.523)</u> | <u>(4.257)</u> | - | <u>(8.197)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | <u>1.304</u> | <u>682</u> | <u>64</u> | <u>1.014</u> | <u>230</u> | <u>5.748</u> | <u>13.226</u> | <u>1.864</u> | <u>24.132</u> |

[página intencionalmente deixada em branco]

7. INTANGÍVEL

| | Taxa média anual de amortização - % | 31.12.2014 | | | 31.12.2013 |
|--|---|----------------|--------------------|----------------|----------------|
| | | <u>Custo</u> | <u>Amortização</u> | <u>Líquido</u> | <u>Líquido</u> |
| Base de dados (*) | 20 | 96.323 | (89.989) | 6.334 | 18.815 |
| Cartórios (*) | 20 | 285.468 | (108.877) | 176.591 | 136.968 |
| Juntas comerciais e ações cíveis (*) | 20 | 29.151 | (11.087) | 18.064 | 14.362 |
| Outras informações adquiridas (*) | 20 | 25.357 | (17.152) | 8.205 | 3.042 |
| Marcas, direitos, patentes e outros | - | 130 | - | 130 | 130 |
| Software | 20 | 44.655 | (20.722) | 23.933 | 25.255 |
| Arrendamento de software para o "mainframe" | 20 | 8.821 | (1.617) | 7.204 | - |
| Ágio em combinação de negócios | - | 110.182 | - | 110.182 | 110.182 |
| Contrato vantajoso de uso de imóvel | 20 | 1.964 | (1.408) | 556 | 949 |
| Intangível identificado em combinação de negócios | 10 | 25.349 | (9.137) | 16.212 | 18.769 |
| Intangível em andamento | | <u>5.036</u> | <u>-</u> | <u>5.036</u> | <u>2.273</u> |
| Total | | <u>632.436</u> | <u>(259.989)</u> | <u>372.447</u> | <u>330.745</u> |

(*) Referem-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Sociedade e que são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações. A base de mensuração da amortização é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos, conforme o parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 8.078 do Código de Defesa do Consumidor, de 11 de setembro de 1990.

[página intencionalmente deixada em branco]

As movimentações do intangível são como segue:

| | Informações adquiridas | | | | Marcas, direitos, patentes e outros | Software | Arrendamento de software para o “mainframe” | Ágio em combinação de negócios | Contrato vantajoso de uso de imóvel | Intangível identificado em combinação de negócios | Intangível em andamento | Total |
|----------------------------------|------------------------|----------------|---|-------------------------------------|--|---------------|--|--------------------------------------|--|--|-------------------------------|----------------|
| | Base de dados | Cartórios | Juntas comerciais e ações cíveis | Outras informações adquiridas | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 39.897 | 96.959 | 9.723 | 6.582 | 130 | 18.118 | - | 110.182 | 1.964 | 21.370 | 1.356 | 306.281 |
| Aquisição | - | 73.502 | 8.088 | 242 | - | 13.200 | - | - | - | - | 917 | 95.949 |
| Baixas | - | (177) | (70) | - | - | - | - | - | - | - | - | (247) |
| Amortização | (21.082) | (33.316) | (3.379) | (3.782) | - | (6.063) | - | - | (1.015) | (2.601) | - | (71.238) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | <u>18.815</u> | <u>136.968</u> | <u>14.362</u> | <u>3.042</u> | <u>130</u> | <u>25.255</u> | <u>-</u> | <u>110.182</u> | <u>949</u> | <u>18.769</u> | <u>2.273</u> | <u>330.745</u> |
| Aquisição | - | 87.522 | 8.647 | 8.398 | - | 6.318 | 8.821 | - | - | - | 2.763 | 122.469 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Amortização | (12.481) | (47.899) | (4.945) | (3.235) | - | (7.640) | (1.617) | - | (393) | (2.557) | - | (80.767) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | <u>6.334</u> | <u>176.591</u> | <u>18.064</u> | <u>8.205</u> | <u>130</u> | <u>23.933</u> | <u>7.204</u> | <u>110.182</u> | <u>556</u> | <u>16.212</u> | <u>5.036</u> | <u>372.447</u> |

[página intencionalmente deixada em branco]

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$30.368 (R\$28.633 em 31 de dezembro de 2013), refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Sociedade, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de software e hardware e consultorias diversas, entre outros.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição

| <u>Instituição financeira</u> | <u>Data da contratação</u> | <u>Encargos</u> | <u>Prazo</u> | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|----------------------------|---------------------|---------------|-------------------|-------------------|
| Banco Bradesco/Itaú - capital de giro | 2013 | CDI + 1,70% a.a. | 24 meses | - | 20.142 |
| Banco Bradesco - arrendamentos financeiros | 2012 | 14,02% a.a. | 24 meses | - | 65 |
| Banco IBM - arrendamentos financeiros (*) | 2012 a 2014 | 9,12% e 14,44% a.a. | 24 a 60 meses | <u>17.383</u> | <u>13.071</u> |
| Total | | | | <u>17.383</u> | <u>33.278</u> |
| Passivo circulante | | | | 9.058 | 23.944 |
| Passivo não circulante | | | | 8.325 | 9.334 |

(*) Não há cláusulas de “covenants” financeiros e cessão de garantia.

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

| <u>Ano</u> | <u>Valores</u> |
|------------|----------------|
| 2016 | 4.668 |
| 2017 | 3.405 |
| 2018 | <u>252</u> |
| Total | <u>8.325</u> |

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é assim representada:

| | |
|------------------------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 33.278 |
| Contratação de novos arrendamentos | 12.439 |
| Pagamentos juros | (1.465) |
| Pagamento de principal | (28.211) |
| Juros provisionados | <u>1.342</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | <u>17.383</u> |

10. DEBÊNTURES

| | <u>31.12.2014</u> |
|--------------------------------------|-------------------|
| Debêntures | 75.000 |
| (-) Custo com debêntures a apropriar | (955) |
| Juros sobre debêntures | <u>2.862</u> |
| Total | <u>76.907</u> |
| | |
| Circulante | 2.634 |
| Não circulante | 74.273 |

Em 26 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em série única, todas escriturais, da espécie quirografária, sendo 7.500 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total da emissão de R\$75.000.

O valor principal será pago em seis parcelas semestrais a partir de setembro de 2016, e os juros são pagos semestralmente a partir de março de 2014. As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Todas as debêntures remuneram a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de 1,92% ao ano (base 252 dias úteis).

A movimentação das debêntures é assim representada:

| | |
|---------------------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | - |
| Captações | 75.000 |
| Pagamento de juros | (4.769) |
| Juros provisionados | 7.631 |
| Custos pagos | (1.105) |
| Custos apropriados | <u>150</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | <u>76.907</u> |

O saldo não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

| <u>Ano</u> | <u>Valores</u> |
|---------------------------------|----------------|
| 2016 | 12.500 |
| 2017 | 25.000 |
| 2018 | 25.000 |
| 2019 | <u>12.500</u> |
| Total | 75.000 |
| Comissão a apropriar | <u>(727)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | <u>74.273</u> |

1ª emissão - “covenants”

As obrigações da Sociedade com relação à 1ª emissão de debêntures serão garantidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples celebrado entre a Sociedade e o Agente Fiduciário. A Sociedade será obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado, a todos os debenturistas, caso descumpra o índice financeiro determinado contratualmente: Dívida Líquida/“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” < 2,5x.

A Sociedade está proibida de conceder mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$5.000.

A Sociedade estará desobrigada da realização de resgate antecipado caso os debenturistas representados por 75% das debêntures totais autorizem em Assembleia a não realização do resgate antecipado.

Essas cláusulas contratuais foram cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão para férias e encargos sobre férias | 9.062 | 9.736 |
| Programa de Participação nos Resultados - PPR | 7.762 | 8.257 |
| Encargos sociais | 3.242 | 2.543 |
| Outros | <u>555</u> | <u>679</u> |
| Total | <u>20.621</u> | <u>21.215</u> |

12. PARTES RELACIONADAS

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos com partes relacionadas- | | |
| Indenizações a receber - perdas cíveis (a) | <u>1.327</u> | <u>1.740</u> |
| Passivo- | | |
| Contas a pagar a partes relacionadas: | | |
| Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (b) | 1.456 | 2.420 |
| Banco de dados adquirido (c) | 1.398 | 2.796 |
| Contrato de mútuo (d) | <u>-</u> | <u>10.770</u> |
| Total | <u>2.854</u> | <u>15.986</u> |
| Receita de serviços (e) | <u>10.523</u> | <u>10.572</u> |
| Despesa: | | |
| Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (b) | (1.344) | (1.020) |
| Contrato de mútuo (d) | <u>(317)</u> | <u>(1.065)</u> |
| Total | <u>(1.661)</u> | <u>(2.085)</u> |

- (a) Referem-se a perdas cíveis provenientes do negócio do Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC anteriores a 1º de novembro de 2013, que são de responsabilidade da Associação Comercial de São Paulo - ACSP e que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se ao rateio de despesas gerais de ocupação dos andares em que a Sociedade se encontra, cujas instalações pertencem à Associação Comercial de São Paulo.
- (c) Refere-se à aquisição de banco de dados da Associação Comercial de São Paulo, cujos pagamentos se iniciaram em 2012.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo no valor de R\$15.000 firmado entre as partes em março de 2013 para pagamento em 12 parcelas com início em setembro de 2013, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescido de 1,4% ao ano. O referido contrato foi totalmente pago em 2014.
- (e) Refere-se à prestação de serviços de consulta de dados dos acionistas.

As transações com a Associação Comercial de São Paulo acionista da Sociedade, são realizadas com base em condições negociadas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.

12.1. Contratos de comodato

- a) Em 1º de março de 2012, foi assinado contrato de comodato entre a Associação Comercial de São Paulo - ACSP (“Comodante”) e a Sociedade (“Comodatária”), em que a Comodante gratuitamente empresta o edifício situado na Rua Boa Vista, 51, Centro, São Paulo - SP, do 1º ao 5º andar e do subsolo ao 2º andar. O prazo do presente contrato é de três anos, a contar de 1º de novembro de 2010, prorrogado por até mais três anos.
- b) Em 31 de maio de 2011, foi assinado contrato de comodato entre a Equifax do Brasil Ltda. (“Comodante”) e a Sociedade (“Comodatária”), em que a Comodante dá em comodato o edifício situado na Rua Teixeira da Silva, 217, Bela Vista, São Paulo - SP. O prazo do presente contrato é de cinco anos, a contar de 31 de maio de 2011.

12.2. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2014, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE foi definida a remuneração global anual dos administradores da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em R\$5.109 (R\$5.794 em 31 de dezembro de 2013). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os gastos foram de R\$4.589 (R\$4.698 em 31 de dezembro de 2013).

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade está envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do juizado especial e da justiça comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

| | <u>Cíveis</u> | <u>Trabalhistas</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------|----------------|---------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | <u>7.200</u> | <u>577</u> | <u>7.777</u> |
| Adições | 6.969 | 845 | 7.814 |
| Pagamentos | <u>(2.472)</u> | <u>(213)</u> | <u>(2.685)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | <u>11.697</u> | <u>1.209</u> | <u>12.906</u> |

O crescimento no volume de ações cíveis é decorrente de processos levantados contra a Sociedade no Estado do Rio Grande do Sul requerendo indenizações por danos morais em face da existência de “score” de seus clientes. “Score” é uma ferramenta estatística que auxilia na análise e na concessão do crédito.

As perdas cíveis provenientes do negócio do Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC anteriores a 1º de novembro de 2010 são de responsabilidade da Associação Comercial de São Paulo e serão reembolsadas.

A Sociedade está envolvida em outros processos judiciais de natureza cível e trabalhista no montante de R\$2.800 (R\$2.962 em 31 de dezembro de 2013), cuja estimativa de perda foi considerada possível na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2014.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social, no montante de R\$142.127, é representado por 117.648 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Sociedade é como segue:

| <u>Acionistas</u> | <u>Capital social</u> | <u>%</u> |
|---|-----------------------|---------------|
| Associação Comercial de São Paulo - ACSP | 73.110 | 51,44 |
| Bureau de Crédito do Brasil Participações S.A. | 42.283 | 29,75 |
| Equifax Holdings do Brasil Ltda. | 21.319 | 15,00 |
| Associação Comercial do Paraná, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre | <u>5.415</u> | <u>3,81</u> |
| Total | <u>142.127</u> | <u>100,00</u> |

b) Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Em 31 de maio de 2011, foi emitido bônus de subscrição, aprovado pelos acionistas na AGE na mesma data, subscrito e integralizado pela Equifax Funding LLC (“Beneficiária”), pelo valor de R\$1, que assegura à Beneficiária o direito de subscrever quantas ações preferenciais possam ser subscritas e integralizadas por ela, por meio da conversão em capital do principal, e/ou dos juros e/ou de outras quantias quaisquer devidas nos termos do contrato de empréstimo conversível celebrado entre a Sociedade e a Beneficiária, limitadas a 320.000 ações preferenciais, por um período de cinco anos.

Ágio e valor justo de combinação de negócios

O total de R\$136.330 inclui a diferença de R\$8.080 entre o valor do patrimônio líquido contábil incorporado a valor contábil e o valor do aumento de capital e o ágio e os valores justos no processo de aquisição e combinação de negócios da Equifax do Brasil Ltda., no montante de R\$128.250.

O valor de aquisição de R\$157.650, deduzido do patrimônio líquido incorporado de R\$29.400, totalizou R\$128.250.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não podendo exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

Os prejuízos de 2014 e 2013 foram absorvidos por essa reserva.

d) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante os exercícios de 2014 e 2013 não foi gerado lucro líquido para distribuição.

Na Assembleia Geral Ordinária - AGO e na AGE realizadas em 14 de maio de 2013, foi deliberado que o lucro remanescente de 2012, atribuível aos acionistas por meio da distribuição de dividendos, seria integralmente revertido para realização de investimentos especificados em orçamento de capital.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Diferenças temporárias - provisões diversas (i) | 41.187 | 32.358 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 18.976 | 16.494 |
| Arrendamento mercantil financeiro | <u>9.681</u> | <u>3.806</u> |
| Base de cálculo | 69.844 | 52.658 |
| Alíquota vigente | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos | 23.747 | 17.904 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (ii) | <u>(11.199)</u> | <u>(8.628)</u> |
| Ativo diferido líquido | <u>12.548</u> | <u>9.276</u> |

(i) Referem-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.

(ii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Sociedade, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal serão realizados nos seguintes anos:

| | <u>31.12.2014</u> |
|-------|-------------------|
| 2016 | 630 |
| 2017 | <u>5.822</u> |
| Total | <u>6.452</u> |

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (12.032) | (15.782) |
| Alíquota vigente | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a alíquota vigente | 4.091 | 5.366 |
| Resultado de eventos da incorporação da Equifax do Brasil Ltda. | (441) | (711) |
| Outras adições e exclusões permanentes | <u>(377)</u> | <u>(149)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | <u>3.273</u> | <u>4.506</u> |

16. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita bruta de serviços (a) | 536.526 | 492.711 |
| Descontos comerciais e cancelamentos de faturamentos | (4.969) | (8.045) |
| Repasse (b) | - | (3.217) |
| Impostos sobre serviços - Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | <u>(73.764)</u> | <u>(69.155)</u> |
| Total | <u>457.793</u> | <u>412.294</u> |

(a) Os principais serviços prestados são produtos, cartas e consultas para suporte às atividades creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas, e desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral.

(b) Refere-se a serviços prestados em regiões onde associações comerciais prestam serviços de consultas de crédito mediante acordo, entre as partes, de repasse de parcela da receita de serviços prestados. Em 2013, os contratos com as associações comerciais foram migrados para o formato de comissionamento com percentual fixo, sendo atualmente contabilizados como despesas de venda.

17. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Gastos com pessoal | (118.552) | (119.471) |
| Impressão e postagens | (107.490) | (84.272) |
| Depreciação e amortização | (88.964) | (77.319) |
| Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação e amortização | 2.477 | 2.368 |
| Despesas prediais | (30.016) | (32.596) |
| Despesas com manutenção | (21.811) | (17.503) |
| Despesas com vendas | (19.040) | (16.233) |
| Serviços de terceiros | (17.397) | (12.744) |
| Plataforma certificado digital | (16.551) | (5.512) |
| Remuneração de entidades | (15.650) | (16.947) |
| Honorários advocatícios | (11.149) | (15.649) |
| Provisão para perdas cíveis e trabalhistas | (7.814) | (8.596) |
| Base de dados | (3.874) | (6.989) |
| Despesas de marketing | (2.555) | (2.800) |
| Despesas com comunicações | (2.227) | (2.937) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (717) | (3.050) |
| Outros | <u>(111)</u> | <u>(2.405)</u> |
| Total | <u>(461.441)</u> | <u>(425.023)</u> |
| Classificados como: | | |
| Custo dos serviços prestados | (287.121) | (245.487) |
| Despesas com vendas | (84.491) | (76.783) |
| Despesas gerais e administrativas | (92.166) | (101.984) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | <u>2.337</u> | <u>(769)</u> |
| Total | <u>(461.441)</u> | <u>(425.023)</u> |

18. RESULTADO FINANCEIRO

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Juros e multas | 1.185 | 482 |
| Rendimentos sobre aplicações | <u>696</u> | <u>487</u> |
| | <u>1.881</u> | <u>969</u> |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros e multas passivos | (507) | (3.060) |
| Com arrendamento mercantil | (1.342) | (671) |
| Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida | (785) | (291) |
| Encargos financeiros sobre debêntures | <u>(7.631)</u> | <u>-</u> |
| | <u>(10.265)</u> | <u>(4.022)</u> |
| Total | <u>(8.384)</u> | <u>(3.053)</u> |

19. PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

a) Básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Sociedade e utilizado na apuração do prejuízo líquido básico por ação | (8.759) | (11.276) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo líquido básico por ação | 117.648 | 117.648 |
| Prejuízo líquido básico por ação - R\$ | <u>(74,45)</u> | <u>(95,85)</u> |

b) Diluído

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, como segue:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo diluído por ação | <u>(8.759)</u> | <u>(11.276)</u> |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação | 117.648 | 117.648 |
| Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações | <u>1.544</u> | <u>772</u> |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo diluído por ação | <u>119.192</u> | <u>118.420</u> |
| Prejuízo por ação diluído - R\$ | <u>(73,49)</u> | <u>(95,22)</u> |

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado das operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras, tendo em vista sua natureza de curto prazo, sendo eles aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, saldos com partes relacionadas, arrendamento financeiro e fornecedores. Os saldos contábeis desses instrumentos financeiros já estão divulgados nas respectivas notas explicativas.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Os principais riscos são os seguintes:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. A Administração da Sociedade monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante análise de crédito dos clientes e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Sociedade.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais:

| | <u>Debêntures</u> | <u>Arrendamento financeiro</u> |
|-------------|-------------------|------------------------------------|
| 2015 | - | 10.565 |
| 2016 | 13.119 | 5.731 |
| 2017 | 26.620 | 4.301 |
| 2018 | 27.138 | 320 |
| <u>2019</u> | <u>13.766</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>80.643</u> | <u>20.917</u> |

c) Risco da taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Sociedade revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a seguir estão apresentadas as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

| <u>Índice</u> | <u>Natureza da base</u> | <u>Base de cálculo</u> | <u>%</u> | <u>Acréscimo de 10%</u> | <u>Decréscimo de 10%</u> |
|---------------|--------------------------|------------------------|----------|-------------------------|--------------------------|
| CDI | Aplicação financeira | 1.295 | 12,15 | 173 | 142 |
| | Empréstimos e debêntures | 77.862 | 12,15 | 10.406 | 8.514 |

21. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de 1º de novembro de 2011. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. As despesas com benefícios de contribuição definida foram de R\$173 em 2014 (R\$2.005 em 2013).

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$89.286 (R\$81.012 em 31 de dezembro de 2013), para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

23. PLANO DE OPÇÃO COM BASE EM AÇÕES

Na AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Sociedade, por meio do qual foi outorgada aos administradores e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Sociedade, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Sociedade, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Sociedade.

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Sociedade, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Sociedade.

O preço de exercício das opções é o valor justo de mercado das ações a serem adquiridas, conforme determinado pelo Comitê Executivo da Sociedade, e a metodologia utilizada para determinar o valor presente (da perspectiva de “trader” da opção), associado ao direito de adquirir uma ação a um preço prefixado durante um período preestabelecido, é a Black-Scholes-Merton, que considera a volatilidade das ações; a taxa livre de risco e a taxa de dividendos permanecem constantes ao longo do tempo.

Características do Plano de Opção

- Concessão - início em 2012, antes do evento de liquidez.
- Preço do exercício - R\$8.800,00 corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- Elegíveis - principais executivos e pessoas-chave.
- Total de ações do plano = 5.148.

Período de “vesting”

- 1º ano - aquisição de 5% dos direitos.
- 2º ano - aquisição de 10% dos direitos.
- 3º ano - aquisição de 15% dos direitos.
- 4º ano - aquisição de 20% dos direitos.
- 5º ano - aquisição de 25% dos direitos
- 6º ano - aquisição de 25% dos direitos.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

| | <u>31.12.2014</u> | <u>31.12.2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Aquisição de intangíveis e imobilizado por arrendamento financeiro a pagar | 12.439 | 10.729 |
| Aquisição de intangíveis e imobilizado - fornecedores a pagar | 2.621 | - |

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 10 de janeiro de 2015 foi publicada a Lei Estadual do Estado de São Paulo nº 15.659, que altera o procedimento atual de inclusão dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. De acordo com essa Lei, essa inclusão deverá ser previamente comunicada por escrito e comprovada com aviso de recebimento. A Lei também estabelece a exigência de que os serviços de proteção ao crédito excluam as informações que estejam incorretas ou inexatas de seus registros dos bancos de dados no prazo máximo de dois dias, e, também, a exigência de que os credores disponibilizem documentos que atestem a natureza da dívida, sua exigibilidade e a inadimplência por parte dos consumidores, anteriormente à efetiva negativação.

Além de São Paulo, o Estado do Mato Grosso também adotou os critérios supracitados por meio da Lei nº 10.260; porém, os efeitos são reduzidos em virtude do volume de negócios.

A mencionada Lei Estadual fere o artigo 24, parágrafos 1º e 3º, da Constituição Federal, ao estabelecer novas e contraditórias normas gerais em matéria já regulada por lei federal, no caso o artigo 43 do CDC. Com base nesse argumento, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 5224/SP, perante o Supremo Tribunal Federal - STF.

A comunicação por aviso de recebimento custa quase seis vezes mais do que a comunicação via carta simples. Esse custo, porém, será repassado aos credores conforme cláusula contratual específica para essa operação. Demais impactos ao negócio, se houver, ainda não podem ser mensurados até este momento.

- b) Em 3 de março de 2015 foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a contratação de crédito no valor de R\$36.000 para investimentos em renovação tecnológica e operacional, por meio do programa BNDES Prosoft. Referida operação possui prazo de 72 meses (24 meses de carência e 48 parcelas mensais) e taxas de juros conforme tabela a seguir:

| Valor | Taxa de juros |
|--------|--------------------|
| 17.400 | TJLP + 3,95% a.a. |
| 17.400 | SELIC + 3,15% a.a. |
| 1.200 | 9,5% a.a. |

Os “covenants” financeiros da operação são: “ownership”, restrição de mútuo com empresas ligadas e distribuição de dividendos, dívida Líquida/EBITDA < 2,5x, EBITDA/despesas financeiras > 3,0x e patrimônio líquido mínimo: 50% Ativo Total. Como garantia foram cedidos os direitos creditórios de contratos de serviços.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 12 de março de 2015.